

Tempo perdido



Adriano Moreira

16 Janeiro 2021 — 00:14

Foi tranquilizante o afastamento do presidente Trump dos EUA da Europa organizada em União, e agora afastado do governo nacional, onde estava alheio à importância do mar que une as duas entidades, não se apercebendo da conclusão dos peritos de que o mar ficou perigoso em todo este tempo perdido, para ele se imaginar o apóstolo do globo que lhe concederia veneração. Essa ambição foi acrescentada, na véspera de a nação ter elegido outro americano, não apenas para responder ao novo período da pandemia, mas em consequência dar, não sinal, mas prova, de que a desordem do ali vigente modelo de Estado espetáculo terminaria, e que a desordem da democracia americana deixaria de ser o pensamento-guia das desequilibradas findas e futuras intervenções.

Embora toda a experiência do poder judicial internacional tenha sido atingida e alertada pelo grito de Trump "grande vitória", quando o Tribunal Penal Internacional declarou, por acórdão, renunciar a investigar e julgar crimes contra a humanidade, o poder da voz não foi apagado de outros na ONU nem, embora tenha Trump sofrido limitações também pelo tempo perdido, pareceu impossível alertar nela o mundo.

Na Assembleia Geral, e sobretudo no Conselho de Segurança, deveria ter-se ouvido que a situação da ordem mundial, posta muito em causa pelo ataque do covid-19, o era também pelos desatinos deste presidente, sem qualquer meditação sobre a justiça natural. Deixa uma nação em que, como foi escrito antes da morte do santo bispo D. Sebastião da Beira (Moçambique), neste caso por diferente sentimento, que "a distância entre o mundo (agora americano) real e o mundo apregoado parece um abismo. O abismo que separa a paz apregoada da paz real, a justiça proclamada da justiça efetiva, a vida prometida da vida sofrida".

Não era possível ignorar, e abolir, sem novo poder político, quem se considerou apto para insultar o certamente maior sábio americano que se empenhou na resposta à pandemia, e com essa atitude abriu caminho a uma perda de vidas atterradora; não era de admitir o risco de ataques no sentido de dividir o eleitorado, em cólera, esquecendo o respeito pelo legalismo da eleição; até ao ponto, não final, de o Supremo Tribunal liquidar as esperanças de Trump conseguir anular os resultados das eleições em quatro estados. A paz civil não pode ser ignorada a ponto de ser diminuído o respeito e a função internacionalmente devida à soberania.

No caso dos EUA o mandato condenado despertou múltiplas dúvidas sobre a sua participação, reconhecida e sofrida, no sistema internacional. Lembro que Foster Dulles afirmou que os seus agentes declaravam sempre, nos relatórios das missões, que os diálogos lhes tinham sido favoráveis. Acontece, mesmo a titulares de governos de nações poderosas, que, apenas com as falas, só é possível o ganho do "Estado espetáculo", inevitavelmente contrário ao rigor e aos valores de novo assumidos pelo atual sucessor, este atacado com a falsa esperança com que, em 15 de dezembro, Trump se permitiu proclamar: "Se o Tribunal Supremo der provas de grande saber e coragem, o povo americano ganhará possivelmente o processo mais importante da história, e o meu processo eleitoral será de novo respeitado."

Infelizmente, sendo a comprovada justiça a contrariar, o advogado que o derrotado escolheu para justificar a campanha fica na história dos EUA como tendo sido um agente dos mais graves. A comunidade internacional não pode concordar que se mantenha a indiferença contra o Acordo de Paris, ignorando o risco climático; ou impedir que a Europa consiga repor a economia em face da arbitrariedade americana; que finalmente não desapareça a atitude presidencial americana em relação à pandemia; que a segurança já violada dos mares, destacando o Atlântico, não seja assegurada; que a sociedade civil se divida em fações.

Dando crédito à sua acusada intenção de continuar a impor a desordem, porque algum seu apoiante acrescentou que "nós não chegamos ao fim", era tempo, até hoje perdido, de o Conselho de Segurança avaliar a desordem do continente americano do norte ao sul, e decidir medidas, contra qualquer governante, esquecido de que dois membros, com direito de veto, foram impedidos de agir contra Nasser. Agora a favor da paz, da justiça natural, e do incerto futuro da nova ordem que a crise global exigirá.

Quando da fundação da ONU, o fim da tremenda Segunda Guerra Mundial, tendo inspirado o texto apenas escrito por ocidentais, viu implantada a esperança do futuro quando se verificou que, na Assembleia Geral, todas as diferentes etnias e culturas, representadas, tinham igual direito de expor a sua conceção e cooperação para que a utopia não fosse um projeto sem lugar de vigência. O discurso até agora americano sobre a rejeição da cooperação global traduziu-se apenas em tempo perdido, abrindo caminho à insegurança mundial, como anunciaram chefes militares. Foi tempo de os ouvir.